

CONTRATO CEDAE Nº 026 /2018 (DF)

Contrato que entre si celebram **A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **NIKKO SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP.**, na forma abaixo

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE), sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus representantes ao final assinados, seu Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e seu Diretor de Administração Financeira e Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE** e a **NIKKO SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP.**, com sede na Rua Wlademiro da Silveira, nº 55, 2º Andar, Jucutuquara, Vitória/ES, CEP: 29.040-830, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.087.810/0001-39, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Sr. NOBUO MATSUNAGA, portador da cédula de identidade nº 4.889.213, SSP/ES, inscrito no CPF sob nº 313.002.518-91, residente e domiciliado à Rua Aldomário Soares Pinto, nº 135, Jabour, Vitória/ES, CEP: 29.072-060, resolvem celebrar o presente Contrato de "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO", com fundamento no processo administrativo nº E-07/100.143/2017, mediante Pregão Eletrônico nº 346/2017, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006 e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO**", itens 20 e 21, conforme Anexo I ao Edital e tabela abaixo.

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
20	DISPOSITIVO COM MEMÓRIA FLASH E CONECTOR USB DE 16 GB – PEN DRIVE 16 GB. USB 2.0	400 UN
21	DISPOSITIVO COM MEMÓRIA FLASH E CONECTOR USB DE 8 GB – PEN DRIVE 8 GB USB 2.0	600 UN

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 346/2017 (ASL-DP) e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.

b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;

c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;

d) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Fonte de Recursos: 10

Código Orçamentário: 33903005

Programa de Trabalho: 2200022016

Conta Contábil: 411110201

Centro de Custos: DP22020000

Id da Reserva Orçamentária: 2018000386.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 27.902,00 (vinte e sete mil, novecentos e dois reais)**, conforme tabela abaixo.

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
20	DISPOSITIVO COM MEMÓRIA FLASH E CONECTOR USB DE 16 GB - PEN DRIVE 16 GB. USB 2.0	400 UN	34,07	13.628,00
21	DISPOSITIVO COM MEMÓRIA FLASH E CONECTOR USB DE 8 GB - PEN DRIVE 8 GB USB 2.0	600 UN	23,79	14.274,00
VALOR TOTAL				27.902,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.



PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 27.902,00 (vinte e sete mil, novecentos e dois reais)**, em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas "a", "c" e "d", do art. 2º da Resolução SER

047/2003, e mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13/05/2005. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5 % ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: O valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: GARANTIAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Como garantia do Contrato e da boa execução do objeto e para cobertura de eventuais débitos, a **CONTRATADA** depositou na Tesouraria da CEDAE, em 27/02/2018 a importância de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, de acordo com o Art. 56 (cinquenta e seis) da Lei 8.666/93, cujo comprovante está anexo às folhas 708 do processo E-07/100.143/2017.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Sempre que se fizer necessário, a **CONTRATADA** deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 1% (um por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula ficará condicionada à autorização, por parte da **CEDAE**, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** e após o cumprimento total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO



A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO


Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

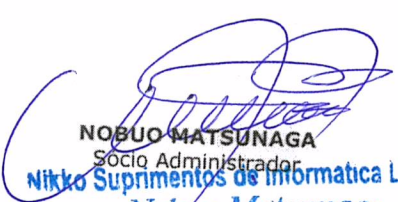
Rio de Janeiro, 12 de Março de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo – Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


NOBUO MATSUNAGA
Sócio Administrador
Nikko Suprimentos de Informatica Ltda -ME
Nobuo Matsunaga

TESTEMUNHAS:

Ref. contr-NIKKO-SUPRIMENTOS-DE-INFORMÁTICA-LTDA-EPP-aquisicao-de-material-de-escritório-PE-346-2017-VB

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2018

MALVINA TANIA TUTTMAN
Presidente

*República por incorreção no original publicada no D.O. de 16/03/2018.

*PORTARIA CEE Nº 3671 DE 14 DE MARÇO DE 2018

DESIGNA MEMBROS PARA FIM QUE MENCIONA.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, e considerando as disposições da Câmara Conjunta de Educação Superior e Educação Profissional do Conselho Estadual de Educação com relação aos membros para integrar a Comissão Verificadora para atuar, em grau de recurso, no Processo nº E-03/023/60/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar CELIA MARIA PENEDO, ID nº 3924925-5, ANA MARIA LOUREIRO CARNEIRO, ID nº 4019165-5, Assessoras Técnicas do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro e REGINA APARECIDA DO VALLE PINTO, ID nº 4329126-0, Professora Inspectora Escolar, para sob a Presidência da primeira, verificar as condições da Fundação Brasileira de Educação - FUBRAE, mantenedora da instituição de Ensino Privado denominada Centro Educacional de Niterói, localizada na Av. Ernani do Amaral Peixoto, nº 836, Centro, Município de Niterói, RJ.

Art. 2º - A Comissão Verificadora, ora designada, disporá de 30 (trinta) dias, a contar da data do término da verificação, para emissão do relatório técnico.

Art. 3º - A visita da Comissão Verificadora não incorrerá em qualquer ônus para o estabelecimento de ensino.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018

MALVINA TANIA TUTTMAN
Presidente

*República por incorreção no original publicada no D.O. de 16/03/2018.

Id: 2093336

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social

DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 27.02.2018

PROCESSO Nº E-26/015/209/2018 - RATICIFICAR a inexistência de licitação, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a favor de Águas de Juturnaíba, de acordo com o conteúdo no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações, com fulcro no art. 26 do supracitado diploma legal.

PROCESSO Nº E-26/015/209/2018 - RATICIFICAR a inexistência de licitação, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a favor de Foz Águas, de acordo com o conteúdo no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações, com fulcro no art. 26 do supracitado diploma legal.

DE 02.03.2018

PROCESSO Nº E-26/015/211/2018 - RATICIFICAR a inexistência de licitação, no valor de R\$ 764.000,00 (setecentos e sessenta e quatro mil reais), a favor da Light, de acordo com o conteúdo no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações, com fulcro no art. 26 do supracitado diploma legal.

PROCESSO Nº E-26/015/205/2018 - AUTORIZAR E RATICIFICAR a inexistência de licitação, no valor de R\$ 997.000,00 (novecentos e noventa e sete mil reais), a favor da CEAD, de acordo com o conteúdo no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações, com fulcro no art. 26 do supracitado diploma legal.

Id: 2093175

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 02.03.2018

PROCESSO Nº E-26/001/2248/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 6.804,17 (seis mil oitocentos e quatro reais e dezesseis centavos), no pagamento referente a conversão de valores descontados para o RIOPREVIDÊNCIA ao INSS, no período de Julho de 2000 a Março de 2002, a pedido do servidor ROBSON NASCIMENTO DOS SANTOS.

Id: 2093160

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 06.03.2018

PROCESSO Nº E-26/001/2225/2017 - RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 2.235,49 (dois mil duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos), no pagamento de despesas referentes ao ressarcimento à Prefeitura do Rio de Janeiro, referente à cessão do ELMO EVANGELISTA ELISEU DA SILVA, referente ao mês de Setembro de 2017.

Id: 2093159

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

DESPACHO DO REITOR DE 16.03.2018

PROCESSO Nº E-26/009/908/2017 - HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico nº 001/2018, referente à prestação de serviços de seguro coletivo de vida, cujo objeto foi adjudicado pelo valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) à Empresa GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.

Id: 2093418

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATOS DO REITOR DE 15.03.2018

PORTARIA Nº 080/2018 - SUBSTITUI LUZIA GONZALES ALVAREZ, matr. nº 31.159-7, ID Funcional nº 2536181, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, ocupante da Função de Chefe do SERPEX, símbolo FG-01, código 435, por PAULO ROBERTO DO COUTO FARIA, matr. nº 36.911-6, ID Funcional nº 42629381, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, a contar de 01/02/2018, não havendo aumento de despesas.

PORTARIA Nº 081/2018 - SUBSTITUI PAULO ROBERTO DO COUTO FARIA, matr. nº 36.911-6, ID Funcional nº 42629381, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, ocupante da Função de Chefe do SEMP-Folha, símbolo FG-03, código 754, por JEFFERSON DA SILVA PAULINO, matr. nº 37.394-4, ID Funcional nº 43372279, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, a contar de 01/02/2018, não havendo aumento de despesas.

PORTARIA Nº 082/2018 - SUBSTITUI SANDRA CUPOLILLO DE ALVARENGA, matr. nº 07.136-5, ID Funcional nº 32456255, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, ocupante da Função de Chefe do SEMP-CALC, símbolo FG-03, código 755, por LUCIANA GONÇALVES AMARO DE ALMEIDA, matr. nº 36.227-7, ID Funcional nº 44310285, Técnico Universitário II / Assistente Administrativo, a contar de 01/02/2018, não havendo aumento de despesas.

Id: 2093386

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

APOSTILAS DO REITOR DE 16.03.2018

PORTARIA Nº 035/2018 - JAIME WILSON CARDOSO FERREIRA, matr. nº 30.985-6 / ID nº 25636952 - A referida Portaria fica apostilada para fazer constar que onde se lê: "matrícula nº 35.401-9", leia-se: "matrícula nº 30.985-6".

PORTARIA Nº 021/2018 - ALLANA RAPHAELA DOS SANTOS CARDOSO, matr. nº 36.521-3 / ID nº 44381077 - A referida Portaria fica apostilada para fazer constar que onde se lê: "matrícula nº 36.521-2", leia-se: "matrícula nº 36.521-3".

Id: 2093387

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO REITOR DE 29.11.2017

PROCESSO Nº E-26/008/2653/2017/HUPE - RATICIFICAR a dispensa de licitação, em conformidade com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93, em favor da WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, no valor de R\$156.346,62, com fulcro no artigo 24, IV do código diploma legal, nos termos da autorização do Ordenador de Despesa.

Id: 2093350

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DO REITOR DE 07.03.2018

*PROCESSO Nº E-26/007/3856/2017 - AUTORIZAR a prorrogação da cessão de ENRICO CAMPOS PEDROSO, matr. nº 37.079-1, ID Funcional nº 44583958, Professor Adjunto, com carga horária de 40 horas semanais, para continuar exercendo o cargo comissionado de Gerência Executiva - CGE IV, na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, até 31/12/2018, com ônus para o órgão cesionário, nos termos do Decreto Estadual nº 40.640/2007, e em conformidade com o Decreto Estadual nº 40.893/2007.

*República por incorreção no original publicado no Diário Oficial de 16/03/2018.

Id: 2093388

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL DE 15.03.2018

PROCESSO Nº E-26/008/1464/2017 - Pregão Eletrônico nº 018/2018 - aquisição de medicamento - Considerando o disposto no art. 049 da Lei Federal nº 8.666/1993, no art. 229 da Lei Estadual nº 287/1979 e na Cláusula 20.2 do Edital de Licitação; a informação do Serviço de Farmácia quanto à liberação do medicamento através do Registro de Preços 0044/2017/294200-23, com o valor unitário inferior ao valor da licitação; e o silêncio da empresa adjudicatária do certame, relativo ao medicamento supramencionado, a despeito de ter sido notificada para tal REVOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 018/2018, adjudicado em favor da Empresa FRESSENIUS KABI BRASIL LTDA.

Id: 2093261

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO BIOMÉDICO FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

ATO DO DIRETOR DE 08.03.2018

PORTARIA Nº 004/2018 - DESIGNAR Comissão de Sindicância, no prazo de 30 dias, apurar possíveis irregularidades referentes ao Processo nº E-26/007/7537/2017, a Comissão será integrada por ANA LUCIA OSÓRIO TABET, matr. nº 26.694-0, JOELIA LIMA MARTINS HENRIQUES, matr. nº 05.100-3, e ROBERTO MOGAMI, matr. nº 33.193-0, sob a presidência do primeiro.

Id: 2093392

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS DA SUPERINTENDENTE DE 15.03.2018

PORTARIA Nº 148/2018 - APOSENTAR JORGE SOARES DE LIMA, matr. nº 03.276-3, ID Funcional nº 2533532-0, Auxiliar Técnico Universitário II / Manutenção, com padrão de vencimentos X, com 40 horas semanais, de acordo com o art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

DE 16.03.2018

PORTARIA Nº 149/2018 - APOSENTAR SELMA MICAL, matr. nº 27.010-8, ID Funcional nº 2577814-5, Técnico Universitário II / Técnico em Enfermagem, com padrão de vencimentos X, com 30 horas semanais, de acordo com o art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PORTARIA Nº 150/2018 - APOSENTAR REGINA AURORA TRINO ROMANO, matr. nº 06.521-9, ID Funcional nº 2545528-0, Professor Assistente, nível 3, com 40 horas semanais, pertencente ao regime de trabalho com Dedicação Exclusiva, nos termos da Lei nº 6.328/2012, de acordo com o art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Id: 2093389

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

APOSTILAS DA SUPERINTENDENTE DE 13.03.2018

PORTARIA Nº 401/2016 - CAROLINE FERREI, matr. nº 39.594-7 - A referida Portaria fica apostilada para fazer constar que onde se lê: "matrícula nº 39.591-7", leia-se: "matrícula nº 39.594-7".

DE 15.03.2018

PORTARIA Nº 599/2015 - ELOISA BRANTES BACELLAR MENDES, matr. nº 38.780-3 - A referida Portaria fica apostilada para fazer constar que onde se lê: "Processo nº E-26/007/13536/2014", leia-se: "Processo nº E-26/007/14900/2014".

Id: 2093390

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE DE 05.03.2018

PROCESSO Nº E-26/007/4884/2015 - AUTORIZAR prorrogação de licença PROCASE parcial, com direito a vencimentos e vantagens integrais, da servidora JUREMA ALVES PEREIRA, matr. nº 31.685-1, Técnico Universitário Superior / Assistente Social, lotada na Faculdade de Serviço Social - FSS, para cursar o Doutorado do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), oferecido pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com início em 10/06/2017 e término em 31/12/2018.

DE 15.03.2018

PROCESSO UERJ Nº 14667/2012 - AUTORIZAR o desligamento do docente GUSTAVO SILVEIRA SIQUEIRA, matr. nº 35.987-7, a contar de 29/09/2017, do Regime de Dedicação Exclusiva previsto na Lei Estadual nº 6.328/2012 e regulado por meio do AEDA nº052/REITO-RA/2012.

PROCESSO Nº E-26/007/1803/2016 - ISENTAR ROSA GARCIA FERREIRAS, matr. nº 25.332-8, ID nº 2877848, Técnico Universitário II / Técnico em Radiologia, do imposto de renda retido na fonte, conforme a Lei Federal nº 7.713/88 alterada pela Lei Federal nº 11.052/2004, com validade a contar de 10/09/2015, pelo prazo de 05 anos a contar de 2012/2017.

PROCESSO Nº E-26/007/9689/2014 - DECLARAR LICITAÇÃO a acumulação de cargos de GILSEIDE DE MELLO BARBOSA, Técnico Universitário II / Técnico em Enfermagem, matr. nº 37.748-1 - UERJ, e Técnico em Enfermagem, matr. nº 1.176.603 - UNIRIO, na forma do art. 1º do AEDA/UERJ nº 49/2012.

Id: 2093391

FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE DE 15.03.2018

PROCESSO Nº E-26/004/1304/2017 - Em conformidade com o art. 13, do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, e com o disposto no inciso II, do art. 6º, da Instrução Normativa AGE nº 24/2013, da Auditoria Geral do Estado, quanto ao cumprimento do objeto da descentralização de crédito da UG 404000 - CECIEC/Concedente, para a UG 200900 SUBFIN/Executante, no exercício de 2016, OPINO pela regular aplicação dos recursos aplicados pela Executante.

Id: 2093335

Secretaria de Estado do Ambiente

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE PESSOAL

DESPACHO DO DIRETOR DE 14/03/2018

PROCESSO Nº E-10/264.362/1988 - FERNANDO ILDEFONSO LAR-DOSA, Biólogo, ID Funcional nº 3214457, CONCEDO 3 (três) meses de Licença Especial referente ao período base de 26/01/2012 a 23/01/2017.

Id: 2093173

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO DIRETOR

DESPACHO DO CONSELHO DIRETOR DE 16.03.2018

PROCESSO Nº E-07/502651/2010 - Manufatura Zona Oeste S/A - Auto de Infrção nº COGEFISEA00141049, face ao deliberado pelo CONDIR, no item VIII, da ATA 257ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, de 28 de setembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria GC nº 32/2017, de 18 de dezembro de 2017, tendo em vista manifesta impetibilidade, DEIXA-SE de processar o recurso.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE DE 16.03.2018

PROCESSO Nº E-07/201697/2004-Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença de Instalação em nome de LUIZ CARLOS CORREA, CPF 503.302.647-20, localizado na Rua Jardim Perlingeiro, s/nº - Grassol - Conselho Paulino - município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.12350/2014-Fica INDEFERIDO o requerimento de Licença Prévia de Instalação em nome de MINERADORA MORRO DAS CONTAS LTDA - ME, CNPJ 16.837.032/0001-86, localizada na Estrada Friburgo-Bom Jardim, km 90 - Morro das Contas - município de Nova Friburgo, com base nos autos do processo em referência.

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO GERENCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DA GERENTE DE 16.03.2018

PROCESSO Nº E-07/002.2895/2018 - NADER COURI RAAD FILHO, Arquiteto, matrícula nº 360449-3, ID funcional nº 2869238-1. O servidor FAZ JUS ao abono de permanência, pois completou os requisitos para Aposentadoria Integral em 06/08/2017, nos termos do art. 40, § 1º, III, "a" da CF/88, estando o Presente administrativo de acordo com a legislação vigente, e alinhado com a Resolução SARE nº 3026/04.

DE 19.03.2018

PROCESSO Nº E-07/100720/1991 - WILSON PEREIRA DA SILVA, Auxiliar Motorista, matrícula nº 360531-8, ID nº 2868854-6, AUTORIZO a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, do período de Licença Prêmio não gozada, referente ao período 27/09/1986 a 25/09/1991 e 26/09/1991 a 24/09/1996, no total de 360 dias, de acordo com o art. 80, inciso VII, do Decreto nº 2.479, de 08.03.1979.

Id: 2093398

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 18/02/2018

DESIGNA LUIZ ANDRÉ BASTOS DIAS, Contador B, como Presidente, WALDETE DO COUTO, Agente Administrativo E e NATALIA MESQUITA BRAGA, Economista B como membros titulares e, CAMILA QUEIROZ, Contador A, como membro suplente. Gerente do Contrato MARIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, bem como JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO, de que trata o Processo Nº E-07/100.143/2017. Ordem de Serviço E nº 15.018/2018.

Id: 2093381

Secretaria de Estado de Cultura

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ATO DO SUBSECRETÁRIO DE 14/03/2018

INSTAURA SINDICÂNCIA para apurar os fatos narrados no Processo Administrativo, em conformidade com o Decreto nº 41.880/2009 e alterações posteriores, a ser procedida pela Comissão Permanente de Sindicância - DEA, instituída pela Portaria SSPG Nº 72/2015, no prazo de 30 (trinta) dias. PROCESSO Nº E-18/001/353/2016

Id: 2093132

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE DE 09.03.2018

PROCESSO Nº E-18/005/275/2017 - NATALY GUILHERMINO LOPES CARVALHO, Musicista Instrumentista, ID funcional nº 502524-0, AUTORIZO a concessão de adicional de qualificação a contar de 02.08.2017, no valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), de acordo com o parecer técnico da Comissão de Adicional de Qualificação, fundamentada na Lei nº 5.777/10, Decreto nº 42.720/10 e Portaria FTM/RJ nº235/2013.

Id: 2093352

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DA CHEFE DE 08.03.2018

PROCESSO Nº E-18/450359/1990 - LOURDA PEIXOTO DE MESQUITA, Identidade Funcional nº 287754-8, CONCEDO 03 (três) meses de licença especial relativa ao período-base de 11/05/2010 a 10/05/2015.

PROCESSO Nº E-18/450580/2007 - PAULO RICARDO DE OLIVEIRA, Identidade Funcional nº 637491-3, CONCEDO 03 (três) meses de licença especial relativa ao período-base de 20/05/2012 a 19/05/2017.

PROCESSO Nº E-18/450576/2007 - ANDERSON DIONISIO DAS NEVES, Identidade Funcional nº 637493-0, CONCEDO 03 (três) meses de licença especial relativa ao período-base de 30/07/2012 a 29/07/2017.

DE 12.03.2018

PROCESSO Nº E-18/450587/2007 - AUREO DA SILVA COLPAS, Identidade Funcional nº 2877006-4, CONCEDO 03 (três) meses de licença especial relativa ao período-base de 12/07/2012 a 11/07/2017.

DE 14.03.2018

PROCESSO Nº E-18/450603/2007 - DEBORAH CAVALCANTI RIBEIRO, Identidade Funcional nº 637478-6, CONCEDO 03 (três) meses de licença especial relativa ao período-base de 01/10/2012 a 30/09/2017.

- RJ INFRAÇÃO: Por não fixar placa informativa junto aos locais de embalagem dos produtos. ENQUADRAMENTO: 58 da Lei Estadual 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/008.033/2010.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00138804

NOME: Mineração Vale do Paraíba Ltda CNPJ/CPF Nº: 08.819.217/0001-30. ENDEREÇO: Lote do Rio Paraíba do Sul, Zona Rural MUNICÍPIO: Vassouras, Valença e Rio das Flores - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/00015405. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/504.639/2011.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00138641

NOME: Marcelo Nordskog CNPJ/CPF Nº: 678.656.747-91. ENDEREÇO: Estrada Val Paraíso, Fazenda Valparaíso, Eng Passos MUNICÍPIO: Resende - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às condições de validade nº 6 da CA IN016085. ENQUADRAMENTO: 87 da Lei Estadual 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/504.349/2012.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00138655

NOME: Ivan de Souza Silva CNPJ/CPF Nº: 035.188.097-68. ENDEREÇO: Avenida Francisco Torres, 1505, São Luiz MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ INFRAÇÃO: Por iniciar obras de reforma do galpão sem possuir a respectiva licença ambiental. ENQUADRAMENTO: 64 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: R\$ 27.435,03. PROCESSO Nº E-07/500.933/2010.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149593

NOME: Aliança Volta Redonda Comércio de Combustíveis Ltda CNPJ/CPF Nº: 14.498.731/0001-13. ENDEREÇO: Rua Vinte e Três, 08, Vila Santa Cecilia MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às condições de validade nº 12 e 21 da LO nº IN019843. ENQUADRAMENTO: 87 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.12325/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149301

NOME: Viçação Elite Ltda CNPJ/CPF Nº: 32.489.650/0001-39. ENDEREÇO: Avenida dois 10, Jardim Belvedere MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento na integral das exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/00167524. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual 3.467/00 PENALIDADE: R\$ 1.305,80. PROCESSO Nº E-07/002.11024/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149546

NOME: Auto Posto Etágua Ltda ME CNPJ/CPF Nº: 10.347.965/0001-09. ENDEREÇO: Estrada Coronel Rubens Trajano Mader, Penedo MUNICÍPIO: Itaíra - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001068271. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.01762/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149302

NOME: Freimol Fornecedor de Frios e Molos Ltda CNPJ/CPF Nº: 28.677.151/0001-06. ENDEREÇO: Rua José Hipólito, 445, Collara MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/00106582. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.12316/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149555

NOME: Posto Diametral Ltda CNPJ/CPF Nº: 32.278.509/0001-97. ENDEREÇO: Rodovia Lucio Meira, KM 293, Morada da Colina MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001048989. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.09115/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00147216

NOME: Antônio Santini CNPJ/CPF Nº: 05.097.374/0001-90. ENDEREÇO: BR 393, KM 200, Abarracamento Municipal: Rio das Flores - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento na integral das exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001057841. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.09000/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149549

NOME: A P Jet Revenda de Combustível Ltda CNPJ/CPF Nº: 39.758.990/0001-67. ENDEREÇO: Rodovia Lucio Meira, KM 14, Dom Bosco MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001069482. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.11387/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149629

NOME: 2R Combustíveis Ltda CNPJ/CPF Nº: 11.763.420/0001-46. ENDEREÇO: Avenida Sávio Cota de Almeida Gama, 2395, Retiro MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às condicionantes da validade nº 4 e 5.3 da LI nº IN029303. ENQUADRAMENTO: 64 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.01748/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149556

NOME: Posto de Combustíveis Malu - Eireli CNPJ/CPF Nº: 32.403.834/0001-34. ENDEREÇO: Rua Domingos de Almeida, 25, Centro MUNICÍPIO: Vassouras - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento na integral das exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001047357. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.09103/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149499

NOME: Transdimar auto posto e transporte lda CNPJ/CPF Nº: 29.804.653/0001-40. ENDEREÇO: Avenida Osório Duque Estrada, 583, Centro MUNICÍPIO: Paty do Alferes - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento na integral das exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001069662. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.01766/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149550

NOME: Posto de Combustíveis Malu Eireli CNPJ/CPF Nº: 32.403.834/0002-15. ENDEREÇO: Rua Dr. Calvet, 189, MUNICÍPIO: Vassouras - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento na integral das exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001057841. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.11304/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149482

NOME: Sampaio e Gonçalves Indústria de Alimentos Ltda ME CNPJ/CPF Nº: 11.468.987/0001-90. ENDEREÇO: Rodovia Benjamin Constant, 4703, KM 05, Prédio 4, Centro MUNICÍPIO: Pinheiral - RJ INFRAÇÃO: Por dar início na operação da atividade de fabricação de produtos de carne, sem possuir a licença de operação. ENQUADRAMENTO: 85 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.04081/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149481

NOME: Hidroserv Ltda CNPJ/CPF Nº: 03.927.702/0001-03. ENDEREÇO: Av. Presidente Kennedy, 3083 MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001038053. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.09433/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149660

NOME: Prefeitura Municipal de Resende CNPJ/CPF Nº: 29.178.233/0001-60. ENDEREÇO: Rodovia Presidente Dutra, KM 312

(BR-116) MUNICÍPIO: Resende - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001082214. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual 3.467/00 PENALIDADE: R\$ 2.072,02. PROCESSO Nº E-07/002.12571/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00148174

NOME: Leonardo Araújo de Carvalho CNPJ/CPF Nº: 032.798.737-54. ENDEREÇO: Estrada Pinheiral X Vargem Alegre (BR-141), 1000, Zona Rural MUNICÍPIO: Pinheiral - RJ INFRAÇÃO: Por dar início a implantação do loteamento residencial, sem a devida licença ambiental. ENQUADRAMENTO: 64 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: R\$ 5.335,70. PROCESSO Nº E-07/002.9090/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149493

NOME: Fernando Antônio Andrade Albuquerque CNPJ/CPF Nº: 330.563.248-82. ENDEREÇO: Rua Antônio Voloso Júnior, 37, Campos Elísios MUNICÍPIO: Resende - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001015510. ENQUADRAMENTO: 81 da Lei Estadual 3.467/00 PENALIDADE: R\$ 2.934,36. PROCESSO Nº E-07/002.09435/2013.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149315

NOME: Paraíba do Sul Futebol Clube Ltda CNPJ/CPF Nº: 07.302.005/0001-18. ENDEREÇO: Estrada do Calote, 638, Vila Salutaris MUNICÍPIO: Paraíba do Sul - RJ INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/001067771. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: R\$ 2.098,55. PROCESSO Nº E-07/002.04988/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149328

NOME: Lep's Serviços Gerais Ltda ME CNPJ/CPF Nº: 02.687.477/0001-12. ENDEREÇO: Rua dos Trilhos, 673, Mooca MUNICÍPIO: São Paulo - SP INFRAÇÃO: Por realizar a coleta e transporte de resíduos provenientes da perfuração e alargamento dos furos para implantação do ramal de distribuição denominado cidade do aço em Volta Redonda, sem a devida licença ambiental. ENQUADRAMENTO: 85 da Lei Estadual 3.467/00 PENALIDADE: R\$ 10.271,80. PROCESSO Nº E-07/002.05046/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149173

NOME: Prefeitura Municipal de Barra do Piraí CNPJ/CPF Nº: 28.576.080/0001-47. ENDEREÇO: Estrada Fazenda Mansão Celestial, Santa Cecilia MUNICÍPIO: Barra do Piraí - RJ INFRAÇÃO: Por realizar a operação de transbordo de resíduos urbanos sobre a massa aterrada de aterro controlado mansão celestial, sem o devido licenciamento. ENQUADRAMENTO: 85 da Lei Estadual nº 3.467/00 PENALIDADE: R\$ 16.011,59. PROCESSO Nº E-07/002.04994/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149734

NOME: Jussara Fidelis Carvalho da Silva, CPF/CNPJ: 722.843.907-49. ENDEREÇO: RJ 178, S/N, Barreiros, INFRAÇÃO: Art. 87 C/C O Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual nº 3.467/2000. MUNICÍPIO: Carapicuíba. PENALIDADE: R\$ 1.500,00. PROCESSO Nº E-07/002.12116/2017.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 026/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a NIKKO SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, itens 20 e 21, conforme Anexo I ao Edital. PRAZO: 30 (trinta) dias. VALOR: R\$ 27.902,00 (vinte e sete mil novecentos e dois reais). DATA DE ASSINATURA: 12/03/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.143/2017 (Pregão Eletrônico nº 346/2017).

Id: 2093397

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 025/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a VAN MEX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA EPP. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, itens 01 a 19, 22 a 24, 26 a 35, 37, 38, 42 e 43, conforme Anexo I ao Edital. PRAZO: 30 (trinta) dias. VALOR: R\$ 85.568,50 (oitenta e cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos). DATA DE ASSINATURA: 12/03/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.143/2017 (Pregão Eletrônico nº 346/2017).

Id: 2093382

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 027/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a WORLD TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA E SEGURANÇA EIRELI - ME. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, itens 25, 39, 40 e 41, conforme Anexo I ao Edital. PRAZO: 30 (trinta) dias. VALOR: R\$ 6.850,00 (seis mil oitocentos e cinquenta reais). DATA DE ASSINATURA: 12/03/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.143/2017 (Pregão Eletrônico nº 346/2017).

Id: 2093383

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**EXTRATO DE TERMO**

INSTRUMENTO: Termo nº 009/2018 de reconhecimento de dívida. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA. OBJETO: Reconhecer a existência de dívida por parte da CEDAE em favor da SAINT GOBAIN. VALOR: R\$ 167.765,79 (cento e sessenta e sete mil setecentos e sessenta e seis reais e setenta e nove centavos). DATA DE ASSINATURA: 12/03/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.381/2014.

Id: 2093384

Id: 2093385

**Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
AVISO

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO torna público que está SUSPENSO "sine die", a Licitação Pública Nacional NCB nº 001/2018, cujo objeto é a execução de Obras de Manutenção/Recuperação de Estradas Vicinais, incluindo a Locação de Máqui-

nas para a Execução do Programa Estradas da Produção, tendo em vista o Ofício SGE/CEE nº 043/18 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - Processo TCE-RJ nº 101.009-5/18, em conformidade com o § 2º do art. 2º, na forma do disposto no art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 280/17 de 24/08/17. Maiores informações na Comissão de Aquisições e Contratações do Projeto Rio Rural, através do e-mail compras.seappa@gmail.com e do telefone (21) 3601-6439.

Id: 2093377

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO**

Acordo de Empréstimo nº 8200-BR. Edital nº NCB 0001/2017. Data: 20 de março de 2018

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO recebeu/solicitou um empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (doravante denominado "Banco"), em diversas moedas, no montante de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) para o Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas - Rio Rural/FA, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para Obras de Construção/Recuperação de 35 Pontes em Microbacias nas Regiões Noroeste e Serrana. A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco.

O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento doravante denominado Contratante convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para Obras de Construção/Recuperação das 35 Pontes em Microbacias nas Regiões Noroeste e Serrana.

LOTE ÚNICO - REGIÕES NOROESTE E SERRANA

Municípios de Apenhã, Bom Jesus de Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Cantagalo, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Itaúva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Nova Friburgo, Porciúncula, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, Trajano de Moraes e Varral-Saia

O Edital e cópias adicionais poderão ser adquiridos na Divisão de Suprimentos da SEAPPA, sito à Alameda São Boaventura, nº 770 - Fonesca - Niterói, telefones para contato (21) 3601-5051 e 3601-6439, fax (21) 3607-5024, e-mail compras.seappa@gmail.com, por meio de solicitação por escrito e mediante o fornecimento de 01 resma de Papel A-4 75g e um tonner original da marca HP - referência CF283A por Edital ou gratuitamente no site da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento www.agricultura.rj.gov.br. Os interessados poderão obter maiores informações no mesmo endereço.

As propostas deverão ser entregues na Comissão de Acompanhamento de Aquisições e Contratações do Projeto Rio-Rural, sito à Alameda São Boaventura nº 770 - Fonesca - Niterói até às 10:00 horas do dia 19 de abril de 2018.

As propostas serão abertas às 10:30 horas do mesmo dia, na presença dos interessados que desejarem assistir à cerimônia de abertura.

O Concorrente poderá apresentar proposta individualmente ou como participante de um Consórcio.

Id: 2093402

Secretaria de Estado de Cultura**EDITAL**

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01	Processo nº	E-18/001/170/2018
	Projeto:	Proposta TEMPLO - Desenvolvimento de Ações na Incubadora Rio Criativo
	Produção:	Nacional
	Proponente:	Templo Joumey Coworking e Educação Ltda. - ME
	CPF/CNPJ:	25.097.038/0001-55
	Patrocinador:	Patrocinador: Estele S.A.
	CNPJ:	33.000.118/0001-79
	Valor Total Incentivado:	R\$ 1.200.000,00
	Parcelas:	
	1/3 Valor Incentiva-RS	400.000,00
	do	Valor de Contra-
	partida:	R\$ 100.000,00
	2/3 Valor Incentiva-	do
	do	R\$ 400.000,00
	Valor de Contra-	partida
	do	R\$ 100.000,00
	3/3 Valor Incentiva-	do
	do	R\$ 400.000,00
	Valor de Contra-	partida:
	Doação Obrigató-	ria (1/5 do Valor
	Incentivado:	R\$ 240.000,00

Id: 2092832

EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01	Processo nº	E-18/001/222/2018
	Projeto:	RIOCZ - RIOCONTENTMARKET
	Produção:	Nacional
	Proponente:	Rio Creative Conferences LTDA.
	CPF/CNPJ:	26.079.220/0001-46
	Patrocinador:	O1 Móvel S.A.
	CNPJ:	05.423.963/0133-61
	Valor Total Incentivado:	R\$ 1.200.000,00
	Doação Compulsó-	ria Fundo (1/5 do
	Valor	Incentivado:
	do	R\$ 240.000,00
	Valor Total de	Contrapartida
	do	R\$ 300.000,00

Id: 2093103

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:

0800-2844675

Telefone: